

Antigos e modernos no Ceará provincial

CELESTE CORDEIRO (*)

O livro que passarei a comentar neste artigo, de minha autoria, se intitula *Antigos e Modernos no Ceará Provincial* (Ed. Anna Blume, SP, 1997). Nele, é analisado o embate entre as duas principais correntes de pensamento político ou - mais que isso - entre as duas atitudes fundamentais, as duas convicções básicas, que se enfrentaram na trepidante segunda metade do século XIX no Brasil e no Ceará, quando o processo de ocidentalização do mundo ganhava novo impulso, cuja força só vem a se repetir nos dias atuais.

É um trabalho sobre o imaginário político e sua dinâmica, na tensão entre os pólos da tradição e da criação, do arcaico e do moderno, num momento decisivo da luta em torno da legitimação da modernização burguesa entre nós, quando a acumulação capitalista necessitava libertar-se dos óbices da religião, da nobreza e dos laços de servidão pessoal.

Já desde 1822, o país tentava definir um rosto *nacional*. Os traços desse rosto estavam na forma de governo, no estilo de relacionamento interprovincial, na questão da força de trabalho, no sistema político, no tipo de participação da sociedade. Em torno dessas definições os ânimos se agitarão, e princípios filosóficos, especialmente sobre o lugar da *liberdade*, embasarão teses e propostas.

Igreja, Monarquia, grande propriedade, sistema escravagista eram os alicerces, os significantes estruturais, do sistema que começa a ser sacudido pelas novas exigências do capitalismo internacional. As camadas médias e a imprensa qualificam-se como novos agentes de formação de opinião - papel antes quase monopolizado pela Igreja - e nosso drama tropical passa a ter sua violência estrutural questionada de modo mais amplo, até a derrubada do Império.

(*) Celeste Cordeiro é Doutora em Sociologia, professora da UECE e coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Associativismo e Políticas Públicas.

É a luta entre o princípio da soberania popular, ainda tímido, e aquele que vinha fundamentando desde sempre o binômio Trono e Altar.

A “questão religiosa” no Brasil eclodirá exatamente como polarização das mentalidades cujo mútuo enfrentamento inaugura a era da Ilustração em nosso país. E a ilustração foi bem o grito de liberdade do homem moderno, cindindo irremediavelmente o campo político - desde a Revolução Francesa - em esquerda e direita. Como mostra Bobbio, esta distinção se resolve, em última instância, naquela entre o sagrado e o profano, a partir da qual outras diferenças são estabelecidas, como entre ordem hierárquica e ordem igualitária, ou entre postura tradicionalista e postura progressista.

Escolhi uma época determinada - a segunda metade do século XIX, no Brasil, no Ceará - para observar a construção desse imaginário político burguês. É a tradução brasileira, atrasada e adaptada, da batalha entre “Antigos” e “Modernos” que fundou, no início do século XVIII, a sociedade moderna na Europa, marcada pela idéia do Progresso.

Neste período observamos ideologias e utopias em pugna em todos os campos, produzindo modificações gradativas nas maneiras de pensar a política e no estabelecimento de normas e objetivos para ela. Entram em cena diferentes projetos de formação da Nação, do Estado, dos mecanismos de representação política, de organização federalista, de distribuição de competências, de atribuição de autoridade, de definição de rumos para a Civilização...

O Ceará vive esse momento de modo surpreendentemente rico e vibrante, com uma pujante disputa ideológica que tem, a meu ver, um momento simbólico da briga entre o “velho” e o “novo”. É o conflito ocorrido, numa tarde distante de 1874, em plena praça do Ferreira, então Feira Nova, entre representantes dos dois pólos da refrega de idéias, durante reunião do laicato católico, em que o tradicionalista Manoel Soares da Silva Bezerra proferia palestra.

O grupo *atrasado* é representado por este eminente teórico do tradicionalismo e importante figura pública do Ceará, nesse período ocupando o cargo de vice-presidente da província - Manoel Soares da Silva Bezerra - que, durante a conferência, acusa a pre-

sença de jovens “indiscretos” na platéia, entre os quais Tomás Pompeu Filho e outros companheiros de Rocha Lima, que estariam atrapalhando a reunião com comentários impertinentes.

Esses jovens são os representantes do eixo *adiantado*, o qual havia criado a ‘Academia Francesa’, nome jocoso da academia cearense, marcando contraste com a influência marcadamente alemã da Escola do Recife, através de Tobias Barreto, e com a influência de Roma entre os tradicionalistas. O jovem acadêmico Pompeu Filho, em artigo posterior, comunica seu “desprezo” aos “preletores papistas” com ou sem batina. Mas, desde antes, já vinham os jovens “provocando” com suas conferências sobre liberdade religiosa, instrução pública, soberania popular, entre outros temas.

“Comunistas” é como são chamados Rocha Lima e seus amigos da Academia por seus principais adversários. “Obscurantistas”, gritam em resposta.

“Cruzavam-se os fogos entre as duas trincheiras”, disse um estudioso do período, e é de fogos entre trincheiras que tratei nesta Tese.

Tentando acompanhar esse confronto, busco compreender os elementos de *conservadorismo* no imaginário político cearense, o qual, através da corrente Tradicionalista, viceja ainda entre nós, como podemos ver na análise feita por Montenegro sobre este assunto, que inclui até a década de 70 de nosso século. O tradicionalismo político, bem entendido, visto aqui não como mera defesa do *status quo*, mas como uma ideologia que se caracteriza pela defesa da tradição como fonte de verdade política contra o liberalismo.

Mas há também o desejo de dar conta do *progressismo*, daquilo que era tomado por progressista *à época*, bem entendido. No Brasil e no Ceará, nesse período, assistimos à penetração de novas correntes de pensamento e o impacto que vão causar sobre as estruturas tradicionais. Surge aqui o grupo de jovens, entre os quais Rocha Lima, que vai deflagrar um dos movimentos intelectuais mais profícuos da história cearense, vinculado às idéias vanguardistas que exaltam o conhecimento científico e a liberdade, e que constituiu - no dizer de Alceu Amoroso Lima - , “a primeira geração de intelectualidade afirmativa, surgida em 1871-1872, quando a ques-

tão religiosa abalou profundamente o país e o livre pensamento começou a rever todos os problemas filosóficos e religiosos, até então desdenhados ou superficialmente tratados". Era a verdadeira incorporação da vida mental cearense à torrente de idéias novas que chegava da Europa.

A *Escola Popular*, criada por esses jovens, é efetivamente um sinal do vigor da vida intelectual no Ceará. Destinada aos pobres e operários, funcionava das seis e meia às dez da noite, com memoráveis palestras e debates, além de aulas de leitura dos jornais da terra.

Eis pois, devidamente apresentadas, as personagens do acontecimento emblemático de 1874, a que me referi: tradicionalistas, de um lado, evolucionistas, de outro.

Qual o significado mais amplo desse acontecimento? Que fatos o prepararam? Que representam as personagens e que contexto histórico as envolve? De que modos somos filhos dessa briga, e em que medida ela se faz presente em nossos dias? Foram essas as questões que dirigiram a pesquisa, submeteram meu olhar e exigiram decifração.

Em verdade, ganham corpo (e alma) duas idéias-força, uma associada ao passado idílico e suas tradições, e outra, associada à confiança no futuro promissor, mensageiro da Verdade. Entre elas, a questão da mudança social. Que mudar e para quê? Qual o grau de mudança aceitável e quais seus agentes adequados?

Procurando responder a essas perguntas, foi meu desejo contribuir, ainda que modestamente, para reparar a falta apontada pelo grande Djacir Menezes, quando nota, na tradição acadêmica cearense, um "silêncio sobre as refregas intelectuais do passado".

Trato, neste trabalho, de imaginário social, e de crenças, compreendidas como respostas a situações de interação, na medida em que o homem precisa organizar cognitivamente e emocionalmente o mundo, incluídos aí os campos do Poder. É o problema da identificação coletiva, da organização da experiência comum a partir do modelo que é pensável em uma determinada época.

Na segunda metade do século passado, a imprensa já se tornou campo privilegiado dos embates, e meio privilegiado de formação da nascente opinião pública. Por isso, o trabalho que estou

apresentando bebe principalmente nas fontes jornalísticas da época, para apreender as idéias políticas em circulação; mas necessita ir também a outras fontes, para compreender as matrizes filosóficas e históricas dessas crenças e valores coletivos.

Essas crenças, e as personagens que as representam, movimentam-se num cenário social profundamente atrasado, do ponto de vista da prática política, adaptando, reproduzindo - ou por vezes ampliando - procedimentos nacionais e regionais comuns.

Ausência de autonomia provincial, dependência agravada nos períodos de seca, privatização da política, com seu exercício administrado a partir dos interesses familiares, utilização dos partidos com objetivos de manutenção do mandonismo local, a impotência do eleitor sertanejo, a força policial como extensão do poder dos *coronéis*, a vitória política como legalização do arbítrio - e o conseqüente controle total dos postos da administração, gerando as famosas *derrubadas* - a violência como forma mais eficaz, senão de persuasão, de intimidação, ou mesmo de extermínio, dos adversários.

Pois bem. É este o cenário de consciência política em que tantas novidades vão emergir, anunciando democracia e respeito à lei, insistindo em reformas e abraçando o Progresso e a Ciência. A partir daí se dará o embate entre liberais e conservadores. Porém, para além das intenções desses agentes mais diretos, concepções e propostas novas ganharam as redações dos jornais, as ruas e os corações, passando a impregnar, mesmo que vagarosamente, o senso comum.

Vai se fortalecendo a fé na perfectibilidade das sociedades humanas: o *melhorismo* se dissemina como senso comum, prometendo felicidade. Mesmo na periferia do sistema capitalista, onde ainda não eram tão visíveis os resultados das conquistas tecnológicas e das reformas burguesas, estamos também vivenciando um clima de otimismo.

Como um espelho cruel, as nações *desenvolvidas* apontam nossos anacronismos, e nosso orgulho nacional e local deve elaborar uma resposta, combatendo os agentes do atraso.

Relendo apenas os trechos d' *O Cearense* entre 1847 e 1856 encontrei vinte e quatro vezes a palavra **progresso** e vinte e duas vezes as palavras **Liberdade, livres, liberta, livremente.**

Se a imagem de si mesma que se dá a sociedade comporta como momento essencial a escolha dos objetos, atos, sentimentos etc, onde se encarna o que para ela tem sentido e valor, vemos que este é um momento privilegiado de deslocamento dos espelhos e dos rostos. *Progresso e liberdade* parecem estar se constituindo como aquilo cuja existência define a sociedade.

As eleições *livres* são uma das mais importantes entre essas novidades perigosas. Os fortes ataques à centralização administrativa, e já a inclusão da questão federativa na agenda dos debates, indica um estado de ânimo que será constante até o final do Império. No mesmo sentido, o trabalho, como valor burguês, começa a ser respeitado, e a indústria sugere afinidades com a civilização. A influência dos acontecimentos internacionais é imensa, e a imprensa é muito valorizada como instrumento para o exercício do legítimo direito de opinião e expressão.

Vai se estabelecendo, assim, uma grave crise de referências, pois todo um universo simbólico - assentado na Coroa, no Altar, no latifúndio e na escravidão -, como já disse no início, estremece.

Era hora de construir e legitimar novos campos de sentido comum, outras interpretações do mundo político, novos modos de ser nação. Mas tratava-se, agora, de fazê-lo de forma autônoma, sob o ponto de vista da sociedade. E isto exigia transformações complicadas.

Não bastava afastar a Coroa. Para edificar uma nova simbologia de poder republicano, era preciso também demarcar claramente as fronteiras entre Estado e Igreja. Este foi o grande conflito, contra o Altar, já que mesmo os demais elementos do tetraedro fundamental buscavam (e detinham) legitimação religiosa. A Verdade, inclusive política, advinha da Revelação. Quando essa crença na origem divina do poder é abalada, tudo o mais está ameaçado.

Uma palavra que sintetize esse terremoto de concepções? 'Liberdade' provavelmente é a mais adequada, gerando um conjunto de práticas avalizadas pela pretensão de racionalidade política.

É uma trajetória que não se percorre sem dor. Transição que traz uma "expectação angustiosa", como definiu o *Cearense*, a respeito do nascimento do novo estado de coisas. As mudanças na visão de mundo prevalecente até então provocam medo do futuro, e esta sensação é descrita, diversas vezes, como "vazio".

A laicização da política pede um radical rearranjo nos processos de legitimação do Poder, com o sacrifício do exclusivismo aristocrático e das convicções religiosas, em nome da expansão do corpo deliberante, num novo tipo de consenso social.

E esse novo tipo de consenso exige revalorizar a educação, a qual vai desempenhar papel central para a coesão imaginária de novo corte, qual seja, difundir as idéias modernizantes e seu correspondente ideário político.

O Ceará, ao seu jeito, viveu intensamente toda essa situação, como tivemos oportunidade de testemunhar. O distintivo cearense vem por vezes de seu perfil “moleque”, o que nos faz acompanhar o “entêrro” da monarquia ainda em fevereiro de 1888. O jornal Pedro II (19/02/1888) noticia “o fato de ter transitado, pelas ruas desta capital, um carro emblemático - do esquife do Império e do nascimento da República”.

Todo o burburinho transformador não só ecoou aqui, como teve daqui uma contribuição importante, que pode ser avaliada por uma série de variáveis: a quantidade de jornais, bastante representativos das diversas tendências ideológicas, políticos de estatura nacional, pensadores engajados, movimentos intelectuais atualizados com o pensamento europeu, experiências democráticas como a Escola Popular. E o embate clássico da modernidade - no mundo pós-Revolução Francesa - entre antigos e modernos, como podemos analisar através de dois de seus representantes no Ceará, e que está sintetizado nos seguintes quadros (*pág. seguinte*).

Se pensarmos no momento de hoje, mais de cem anos depois, quando mudanças bem mais profundas agitaram e agitam nosso dia-a-dia, que personalidades poderíamos escolher para representar os extremos do espectro ideológico? Que briga emblemática elegeríamos para tentar dar conta dos confrontos maiores?

Sem dúvida, estamos mais uma vez - mal de fim de século? - entre as trincheiras dos ‘antigos’ e as dos ‘modernos’ contemporâneos, jogando palavras-de-ordem e ameaças uns contra os outros. O medo do futuro e a crença no futuro estão de novo lançando suas apostas.

Silva Bezerra defende	Silva Bezerra critica
o Tradicionalismo	o ateísmo teórico e prático (a corrupção é consequência)
a absolutização do passado	que tudo seja constantemente colocado em questão (cáos conceitual)
que a Verdade é Revelada	o pluralismo: a fé não admite opiniões
a necessidade de um Chefe que governe a todos como condição da Ordem	perda de disciplina e fraco respeito à autoridade
que as leis humanas são corolário da lei divina	a política racionalista do progresso ilimitado e indefinido
a estreita relação entre política e religião	a idéia de emancipação
a obediência à autoridade como princípio (dever moral)	a idéia de que as leis criam direitos
a origem divina do poder público	concepções liberais de Contrato Social e soberania do povo
o poder como direito natural - não depende do consentimento dos homens	os governos representativos, o domínio das maiorias, o sistema parlamentar e as eleições
a perpetuidade do Poder (hereditariedade)	os partidos existentes e a idéia de partidos
a limitação do poder por uma estrutura estamental	a centralização administrativa
identificação entre Pai e monarca	a imprensa cotidiana

Rocha Lima defende	Rocha Lima critica
o Racionalismo e o Evolucionismo	os valores do Tradicionalismo
o cáos ideológico moderno	a noção de Verdade Revelada
o Pluralismo: o ceticismo leva à tolerância	intolerância e fanatismo
a Verdade como conquista da Ciência (a moral é demonstrada) - anti-Providencialismo	o cristianismo, fonte de discórdia, e a influência da Igreja sobre o Estado
as leis humanas como fruto da Consciência (concepção imanentista da história)	a disciplina teocrática e absolutista
a Ordem e o Progresso	a anarquia que se volta contra a família, a propriedade e o governo
a racionalização da sociedade e da política - a política como instrumento da sociedade - os reis como meros delegados das nações	o comportamento dos políticos existentes
a democracia eleitoral e republicana	a eloquência triunfante da tribuna e da imprensa política
a municipalização administrativa	a identificação entre Pai e Monarca

Novamente, estamos à frente de reformas que, a partir do Estado, pretendem reinventar a sociedade. Repõe-se, com outra roupagem, a tensão entre desenvolvimento e democracia, entre o arcaico e o moderno, e eis que surgem novos dragões da maldade, novos santos guerreiros.

O exame do “novo” e do “velho” não permite maniqueísmos. Do mesmo modo, não permite que se fixe o olhar nas atitudes e discursos mais visíveis, sem buscar os valores, as crenças e ideologias que sustentam umas e outros.

Compreender melhor o passado permite que nos situemos com mais segurança no presente. Espero ter lançado algumas questões pertinentes para uma reflexão sobre nossos problemas atuais. Afinal, como já avisou Rocha Lima, o maior inimigo da verdade não reside no erro, mas na inércia...